



**MOSTEIRO
DE SANTO
ANDRÉ
DE ANCEDE**

BAIÃO



MOSTEIRO
DE SANTO
ANDRÉ
DE ANCEDE
BAIÃO



Planta.

INTRODUÇÃO HISTÓRICA

A lenda, cujo teor assinala a transferência do primeiro assento de monges do lugar de Ermelo para o de Ancede, sugere a falta de água e os ares nocivos do Douro como razões para a inusitada deslocação. De norte a sul de Portugal são inúmeras as narrativas sugerindo deslocações, mudanças abruptas, abandono de comunidades ou santos relutantes que providencialmente escolhem o lugar onde desejam ser venerados. Estes tópicos narrativos assinalam explicações fantasiosas para uma realidade menos extraordinária. É certo que o esgotamento de recursos ou os desequilíbrios demográficos motivados, por exemplo, pelas vagas de peste, podem estar na origem da desertificação humana. No caso dos santos relutantes, muitos exemplos evidenciam tensões entre comunidades e instituições quanto à posse de determinado lugar de culto – o que obviamente pressupunha o controlo religioso e económico do território. Porém, no caso de Ermelo e Ancede, seria ingénuo dar credibilidade à ideia da ausência de recursos hídricos numa região que os dispõe ou, caso assim não fosse, estaria pelo menos ao alcance dos cónegos (que detinham o conhecimento para tal) assegurar o abastecimento necessário à sua sobrevivência.

101



Vista aérea.

Contudo, as causas para a formação da comunidade religiosa de Ancede podem enquadrar-se, efetivamente, dentro de um conjunto de estratégias para aproveitamento dos recursos disponíveis numa vasta parcela territorial a norte do Douro. E se a origem de Ermelo, como o próprio topónimo indica, esteja num velho eremitério, Ancede, enquanto comunidade monástica, resulta da conjugação de elementos e do esforço das linhagens que, nos séculos XI e XII, propug-naram para manter o território que haviam recebido na sequência da Reconquista¹.

A carta de couto do Mosteiro de Ancede, lavrada em 1141, fornece-nos um quadro mais ou menos completo da dimensão e importância deste território irrigado por três cursos de água: o ribeiro da Roupeira, o rio Ovil e o ribeiro de Figueiras. O documento, trasladado e vertido para português no século XVII, inicia com um escatocolo que em nada alude à sede dos monges, nem a qualquer necessidade especial destes². Afonso Henriques, titulando-se já monarca, dirige-se ao prior D. Anaúfo, chefe de uma comunidade estabelecida nesta região, dizendo-lhe que por piedade, pela lembrança dele e de seus pais e ainda para quitação de 150 maravedis que o prior lhe havia entregue, coutava a honra de Santo André de Ancede, entregando-lha. O documento demonstra que: a) em 1141 existia já uma comunidade de monges em Ancede, estabelecida em local que a carta de couto não refere; b) esta comunidade era dirigida por Anaúfo, prior, credor do rei; c) o couto de Santo André fora antes uma honra.

A área de coutamento estendia-se ao longo de seis quilómetros na margem norte do rio Douro, entre a foz do ribeiro da Roupeira (que o documento chama rio de Galinhas) e o ribeiro de Trancoso (no século XII denominado de Figueiras). A descrição dos limites era feita no sentido contrário aos ponteiros do relógio, começando na foz do rio de Galinhas, indo pelos termos da Pala com Cedofeita, até às confrontações com Balde (e com a honra da Laje), Paços e Esmoriz. A partir daqui a toponímia nem sempre é clara. Fala-se em “Venobria” e “Tueraz”, aludindo talvez aos termos de Santa Maria de Gôve, descendo depois na direção do ribeiro de Figueiras ou de Trancoso, topónimo duplamente referido para designar uma fonte e um souto, por onde passava a estrada para as Caldas.

A demarcação medieval, constituída maioritariamente por elementos orográficos, foi substituída no século XVII, já sob administração dominicana, por marcos de pedra epigrafados. A recente descoberta de um pilar profusamente decorado com motivos geométricos veio sugerir tratar-se de um dos marcos originais do coutamento do século XII. Contudo, a circunstância da singularidade pode remeter para um reaproveitamento de um objeto deslocado da posição original que poderia ter servido vários usos, nomeadamente para assinalar os limites de uma das honras medievais, a de Ancede ou a da Laje, junto à qual foi descoberta.

Pelo acima exposto vemos que são muito ténues os dados relativos à vida medieval deste Mosteiro de cónegos regnantes, edificado em terras de Baião e consagrado a Santo André. A

¹ Em 1706, o padre António Carvalho da Costa (1706: 406) aventa a possibilidade de serem os Baiões os fundadores deste Mosteiro, para o que assinala a sua presença, ali, num túmulo com o brasão dos Sousa. E sublinha: “na verdade não só por isto, mas por muitas razões, me parece que estes senhores o devião fundar, por ser em huma terra, que he sua ha tantos anos”. E em 1747, no seu *Dicionário geográfico*, não deixa o padre Luiz Cardoso (1747-1751: 492) de assinalar que o topónimo Ancede podia dever-se não ao chistoso trocadilho atribuído a Afonso Henriques (“Suposto que os Conegos hão sede, mudem o Mosteiro que eu os ajudarey”), mas ao nome de algum senhor.

² Utilizámos a versão publicada em 1943 na revista *Douro Litoral* (Coutinho, 1943: 49-52).



Marco de coutamento de Ancede. Pormenor do topo. Fonte: Egídio Santos (arquivo Câmara Municipal de Baião).

presença dos monges crúzios na bacia duriense não constitui aqui um caso único. Recorde-se o caso da Igreja de São Martinho de Mouros, sita no concelho de Resende.

Afigura-se-nos como muito provável a hipótese de os cónegos crúzios terem vindo instalar-se num cenóbio preexistente, seguidor de uma outra regra. A fundação de um mosteiro *ex novo* ficaria certamente registada nos anais da ordem, tanto mais que ao tempo das Inquirições ordenadas por D. Afonso III (r. 1248-1279) já pouco se sabia sobre a fundação do Mosteiro, como acima referimos. Temos, pois, um grande intervalo, de quase um século ([1120]/1131 a 1258), para enquadrarmos a instalação dos crúzios em Ancede, vindos de Ermelo.

Em 1258, e não obstante o período de pouco mais de 100 anos os separar do coutamento, os inquiridores dão com testemunhas pouco informadas sobre a origem do Mosteiro. O próprio prior, D. Diogo, questionado sobre “onde uvera esse monasterio disse que non sabia”. Mostrou, porém, a carta de couto e informou que dava ao rei 20 morabitinos da quarta da colheita, mas que o monarca não tinha ali mais direitos. Todos os interrogados concordaram quanto ao coutamento, tendo Paio Viegas de Lordelo acrescentado que a terça da colheita de Ancede era dada com o Mosteiro de Vila Boa do Bispo (Herculano, 1867: 1186-1187), no Marco de Canaveses.

É insuficiente, este quadro, para aquilatarmos da importância do Mosteiro de Ancede no século XIII. Porém, pouco menos de um século mais tarde, em 1320, o facto de ser taxado em 550 libras indica que, num contexto regional, aquela casa constituía já um importante polo religioso e económico (Almeida e Peres, 1971). Ao coutamento seguiu-se a irradiação da influência e poder dos priores e da comunidade monástica, nomeadamente através da fundação de igrejas, sua aquisição e do direito de padroado: em 1144, a doação da igreja de Gôve (e, em 1770, o seu coutamento) e, em 1294, a posse da igreja de Oliveira, que apenas ficaria completa com a tomada do padroado em 1391³. Cabia aos monges de Ancede proceder também ao povoamento e humanização do território, o que implicava o seu arroteamento e a sua feitorização. Neste particular foram os eclesiásticos especialmente laboriosos, de tal forma que, em meados do século XIII, estariam já preparados para colocar em marcha um ambicioso plano de crescimento económico que não se ficaria pelos limites do couto. Dispondo da grande via comercial do norte do reino, o rio Douro, os monges de Ancede rentabilizaram a propriedade e as culturas de que dispunham através da sua exportação e venda. Todavia, num tempo em que a multiplicidade de senhores, privilégios e deveres constituía um entrave à livre circulação e sendo a cidade do Porto o grande entreposto comercial para onde e por onde se orientava toda a ocupação comercial, a aproximação a este burgo era, por um lado, inevitável (dada a posição de Ancede em relação ao Douro) e, por outro, absolutamente necessária por razões comerciais estratégicas.

Se as doações régias e o próprio amparo pontifício permitiram que, ao longo dos séculos XII, XIII e XIV, Ancede se tornasse um poderoso centro religioso, económico e político, foi certamente através de alguns dos seus priores, ligados ao patriciado urbano do Porto, que o Mosteiro pôde tornar-se uma quase extensão do termo portuense. Com todos os privilégios que tal estatuto providenciava.

³ Por doação de Gil Vasques, datada de 26 de agosto desse ano. Houve contenda com o bispo de Lamego por causa desta igreja e da sua posse (ANTT – *Convento de S. Domingos de Lisboa*. Livro 17).



Vista do rio Douro junto a Porto Manso (Baião) e a Porto Antigo (Cinfães). Limites do antigo couto de Ancede.

Dos séculos XV e XVI conhece-se o nome de, pelo menos, três priores portuenses ou a esta cidade ligados: Fernando Afonso (documentado em 1428 e 1429), João Fernandes (referido em 1490) e João Parente (referido entre 1490 e 1525). Sendo difícil estabelecer qualquer ligação consanguínea ou afinitiva entre eles (numa época em que o nepotismo marcava a atribuição dos cargos eclesiásticos), sabemos que João Parente se aparentava aos Baiões, família que marcou a vida senatorial da cidade do Porto nos séculos XV e XVI. Pedro de Brito considera-os um dos principais clãs da oligarquia urbana portuense, ligando-os aos Rebelos, Magalhães e Madureiras (1997: 194-195). O autor nota a relação aos cónegos regantes de Santo Agostinho e acrescenta: “Todo este enredamento genealógico, que não é realmente muito claro, parece no entanto indício cabal de como três famílias utilizavam a seu bel prazer os bens de dois mosteiros de” cruzios [Ancede e Cárquere, em Resende]. Fernando Álvares Baião, a quem se imputa ser pai do prior João Parente, assistiu como vereador a várias sessões da câmara entre 1488 e 1495. Mas esta ligação não pode ser tomada de ânimo leve. O genealogista Alão de Morais (1943-1948) refere na sua obra *Pedatura lusitana*, na introdução que faz ao título de “Baiões”, que estes deviam proceder de Vasco Martins de Baião, sobrinho do prior mor de Santa Cruz, António Pires, mas inicia um novo parágrafo em Fernão Álvares Baião dizendo “que se entende ser parente deste prior”. A hipótese é de resto proposta tão vagamente como no elenco de dois dos quatro filhos de Fernão: João Parente, o prior, e João Baião. Como poderiam, no mesmo casamento, ter sido batizados dois homónimos, sendo um deles apelidado de Parente, sobrenome estranho à restante família? Porém, quer Felgueiras Gaio, quer Pedro Brito dão como certa esta filiação.

Sobre o prior João Fernandes, antecessor de João Parente, os nobiliários são unânimes em atribuir-lhe como irmão Diogo Fernandes que casou com Brites Lopes de Madureira. Foram ambos senhores da quinta de Vale da Cunha, em Ancede, foreira ao Mosteiro e cujos descendentes nunca deixaram de se vincular ao espaço monástico. Como refere Pedro Brito, “João Dias de Madureira, filho de Diogo Fernandes e de Brites Lopes de Madureira casou-se com Maria Fernandes Baioa, filha de Fernão Álvares Baião e irmã de D. João Parente, que sucedera a D. João Fernandes, por volta

de 1490, como Prior de Ancede” (Brito, 1997: 106). Ainda que o encadeamento genealógico não seja efetivamente claro, nem descortinemos sinais de nepotismo, notamos uma tendência clientelar para a distribuição dos recursos enfitêuticos do Mosteiro a indivíduos da família ou do círculo pessoal dos priores. Se quer as relações consanguíneas, quer as ligações sociais entre os elementos apontados não constituem prova suficiente desse clientelismo, a proximidade ao Porto é evidente.

O século XV parece ter marcado a deslocação do eixo de interesses da administração monástica entre a região de cima Douro e a cidade do Porto. Esta deslocação deve-se não somente à proveniência geográfica dos priores, mas à ocupação e ambições dos seus familiares, a maioria ligada à burguesia urbana. Ora, sendo Ancede já no século XIV um dos primeiros entrepostos de produção de vinho, a montante seria de esperar que a cobiça dos homens do Porto recaísse sobre este território e sobre a instituição que o administrava.

Como refere Amândio Barros, o estatuto de vizinho da cidade, conferido apenas a alguns, era, no dealbar da modernidade, direito há longo tempo adquirido pelos priores de Ancede, “e não consta que tivessem tido problemas para obter esse estatuto. Vão tê-los, isso sim, para o manter” (Barros, 1998: 54)⁴. Com tal estatuto vinham privilégios, nomeadamente respeitantes ao comércio vinícola, como bem demonstrou aquele autor ao analisar os conflitos entre o senado do Porto e os priores de Ancede. Os vizinhos podiam exportar o vinho, os restantes não; os primeiros pagavam mais impostos que os segundos.

Ora os homens à frente do Mosteiro de Ancede geriam os negócios do vinho e do rio desde, pelo menos, o século XIV. Mas não só: ao seu dispor, para garantir a exportação dos produtos produzidos ou taxados nas propriedades do Mosteiro, o prior dispunha de uma nau, estacionada junto à cidade do Porto⁵. Por isso, à medida que a conjuntura política e económica favoreceu a exploração e o negócio vinícola, intensificaram-se os conflitos entre a cidade e o Mosteiro.

Mas os rendimentos que vinham a Ancede não eram exclusivamente retirados aos negócios do vinho ou do comércio. À parte a administração fundiária e enfitêutica, e a carga fiscal que daí provinha, os monges de Ancede administravam uma máquina creditícia de que vamos encontrar registos no século XVIII, a propósito de alguns empréstimos sobre o capital da Capela do Senhor do Bom Despacho⁶. Possuíam, ainda, várias pesqueiras e o produto da portagem do sal, cuja recolha arrendavam a cada dois anos.

Nem o período de administração comendatária⁷, nem a reforma de Santa Cruz⁸, nem ainda a anexação ao mosteiro de São Domingos de Lisboa, em 1559 (dentro da política de amparo régio a

4 Sobre o estatuto de vizinho ver Ventura (2001).

5 “Temos conhecimento desta nau desde meados do século XV como sendo propriedade do mosteiro de Ancede. O seu mestre, Pedro Gonçalves era membro da confraria de S. Pedro de Miragaia” (Barros, 1998: nota 14).

6 Nas notas dos livros do Cartório Notarial de Baião (1.º ofício) encontramos referências a este tipo de documentação de crédito a partir de 1777 (ADP – Notariais. *Baião*, 1.º ofício, livro 9, fls. 160-163 v.º).

7 Entre os titulares da comenda contam-se os nomes de D. Manuel de Noronha e D. Sancho de Noronha, respetivamente o bispo de Faro e o bispo de Lamego. A importância de Ancede mede-se também pela atribuição dos seus réditos a estes dois importantes clérigos do século XVI (Silva e Aranha, 1862: 197).

8 Em 1557 foi entregue unido à Congregação de Santa Cruz de Coimbra e “pera esta reformation, & pera tomar posse do Mosteiro, nomeou o dito Prior Geral a quatro Conegos do Mosteiro de Santa Cruz Religiosos Graves & Letrados, que se chamávão Dom salvador, Dom Manoel, Dom Braz e Dom Valerio que entrárao no Mosteiro de Ansede em 2 de fevereiro do mesmo anno de 1557” (Santa Maria, 1668: 327). Neste ano habitavam o complexo monástico apenas o prior Castreiro, Gonçalo Monteiro e quatro cónegos (um deles, Gaspar Fernandes, servia o lugar de cura na igreja dos fregueses).

esta instituição), irá desacelerar o crescimento económico de Ancede. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a organização de novos tombos e do velho cartório medieval demonstram a necessidade de manter oleada a engrenagem deste instituto. E a notável campanha de obras que marca o século de setecentos e que introduz o gosto barroco no complexo monástico, testemunha a pujança e a intervenção dos seus homens, ainda que representantes da casa-mãe, em Lisboa.

É natural que, quer a perda de prestígio como sede do opulento couto, quer a intervenção de estranhos às elites locais – as quais como vimos, vinham tomando conta do lugar de prior desde a Idade Média –, tenha ocasionado a ainda assim extravagante resistência à nomeação do pároco, Manuel Guedes, nos primeiros anos do século XVIII. À frente do conflito estavam Cristóvão de Madureira, sargento-mor do couto, e Amador de Madureira, padre, do lugar da Porta, acompanhados de alguns indivíduos cujos apelidos denunciam a sua ligação às velhas famílias locais, como os Azeredos de Esmoriz. O acontecimento, vividamente descrito pelo prior de São Domingos de Lisboa, frei Veríssimo de Lima, ao Tribunal do Santo Ofício, inicia com tétrica descrição do impedimento do enterro de uma criança e do encaminhamento do seu cadáver para o Porto, procissão assistida por mais de 300 “homens do povo” que os cabecilhas haviam “amotinado”. A denúncia fala de outras e mais graves ocorrências, como o impedimento dos ofícios litúrgicos, desacatos, insultos e a aplicação de violência física contra os celebrantes e alguns fiéis que insistiam em receber o Santíssimo Sacramento, contra a vontade dos revoltosos⁹.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII não cessa o investimento no espaço monástico (cerca e igrejas) e a aquisição de obras de arte e devoção. Em 1623 rendia com Gôve um conto e trezentos mil réis (Cunha, 1623: 430)¹⁰ e, em 1707, assim o descrevia o padre António Carvalho da Costa este instituto: “O Mosteiro novo [distinguindo-o do velho, em Ermelo] ficou em lugar mais sobido na recosta de hum monte que se precipita no Douro, & fica desviado de suas continuas, & nocivas nevoas; são duas igrejas huma dos Frades, outra dos fregueses, & ambas divididas com uma costa, porque ha porta para se comunicarem” (Costa, 1706-1712: 406). Esta é a única descrição das igrejas reconvertidas numa só entre finais do século XVII e inícios do século XVIII.

Ainda neste ano se descrevem as jurisdições e oficiais da governança do couto: uma câmara com juiz de cível e órfãos, eleito pelo povo e confirmado pelo prior do mosteiro de São Domingos e uma companhia de ordenanças chefiada pelo mesmo. No tocante ao crime submetia-se às justiças do termo de Baião¹¹.

9 ANTT – *Tribunal do Santo Ofício, Documentação dispersa*. Processo 14769. As ocorrências relatadas ocorreram durante o período quaresmal de 1709 entre 21 de março e 14 de abril. Este extravagante caso enquadra-se no crescente número de conflitos entre grupos e entre instituições que marcam a sociedade dos séculos XVII e XVIII, fenómeno, de resto, comum a outros países europeus. Aos revoltosos foram aplicadas severas penas, entre as quais o degredo para África de alguns dos seus elementos (ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Epítome da Fazenda*, k/17/2/4-37, fls. 41 v.º).

10 Em 1706, o padre A. Carvalho da Costa (1706: 407) é mais conciso na destrição dos réditos: “Tem de renda com annexas, & sabidos quatro mil & quinhentos cruzado, em que entrão os dizimos do Mosteiro, & das Igrejas de Gôve, Campello, Santo André de Medim, S. Miguel de Oliveira, & S. Ciprião; estas ambas além do Douro”.

11 O padre A. Carvalho da Costa (1706: 406) diz que, em tempo de guerra, pertencia a jurisdição das ordenanças ao prior e, em tempo de paz, aos senhores de Baião.

A IGREJA DO MOSTEIRO DE SANTO ANDRÉ DE ANCEDE

Tomando a descrição do padre António Carvalho da Costa sobre as igrejas de Ancede (a única de que dispomos antes da edificação atual), constatamos que o espaço eclesial sofreu profundas transformações ao longo dos séculos XVII e XVIII. Efetivamente, a documentação do próprio Mosteiro alude às intervenções seiscentistas, justificando-as com o mau estado em que se encontravam ambos os templos. Não deixa de ser curioso, porém, que apesar das obras do templo comum se dizerem concluídas em 1689, ainda em 1706 o autor da *Corografia portuguesa...* indicasse ambas as igrejas, as de monges e as dos fregueses.

A sua breve exposição é, porém, insuficiente para avaliar da posição de ambas no território. Que eram contíguas, parece lógico, pois havia porta para se comunicarem. Mas seriam paralelas uma à outra? Ou perpendiculares? Até que ponto a igreja medieval fora modificada na sua estrutura e mesmo na sua posição para originar o templo atual, de vastas dimensões?

O elemento medieval remanescente mais significativo é a rosácea românica, tardia, que ainda hoje se conserva na parede fundeira da capela-mor da Igreja monástica. O modo como a sua grelha de pedraria se articula em círculos e a modenatura, que lembra um encordoado que se entrecruza, têm vindo a ser comparados com a rosácea que encima o arco cruzeiro na igreja paroquial de Águas Santas (Maia) ou da fachada principal da igreja de São Tiago de Antas (Vila Nova de Famalicão) (Almeida, 1978: 182). Além deste elemento conserva-se um trecho de paramento medieval no alçado norte da cabeceira e no alçado sul, em área correspondente aos primeiros tramos da Igreja.

Partindo destes dados e de uma análise dos ínfimos vestígios que da Idade Média ainda persistem na Igreja de Ancede, pelo menos visíveis, só podemos dizer que estes resultam de uma campanha já realizada nos finais do século XIII.



Fachada oriental.



Fachada oriental. Rosácea.



Vista geral do interior a partir da nave central.

Assim sendo, pouco ou nada sabemos sobre a estrutura da Igreja românica. A grande escala da atual cabeceira, certamente pensada para albergar o retábulo-mor na sua monumentalidade e pujança aquando da grande campanha seiscentista, pouco nos permite aferir sobre como seria a Igreja românica. No entanto, tendo em conta os exemplos conhecidos de igrejas monásticas para esta época, podemos alvitrar que a primitiva cabeceira seria seguramente de menores dimensões ou, quanto muito, não tão elevada. Coloca-se aqui uma outra questão. Encontra-se a rosácea na sua localização primitiva, ou seja, ainda inserida no paramento original, apesar das modificações que este acusa ao nível dos seus silhares? Ou terá sido esta rosácea aproveitada na grande transformação da Igreja dos cónegos regrantes, durante a Época Moderna, enquanto elemento de prestígio? É por demais evidente a sua qualidade plástica, que se pronuncia enquanto elemento que indiscutivelmente anima os muros arquitetónicos. Além disso, a sua conservação pode ser também enquadrada como memória de uma ancestralidade que se pretendia valorizar, tanto mais que a estrutura do próprio retábulo-mor a respeitou e pretende enfatizar. cremos que esta última hipótese parece ser a mais viável, tendo em conta a persistência de um trecho de paramento medieval no alçado norte da cabeceira¹².

Assim sendo, estamos hoje diante de uma Igreja de três naves e cuja fábrica e elementos decorativos predominantes se coadunam com a época em que foi construída. No entanto, surgem algumas dúvidas quanto à organização presente do espaço sagrado. Várias fontes documentais fornecem dados que nos levantam uma série de questões, não tanto quanto ao aspeto que o templo tinha aquando da sua transformação, mas mais quanto à sua localização. A análise das

¹² Ainda dentro da cronologia da medievalidade, deve ser referido o incêndio que teve lugar no ano de 1355. Na "Era" de 1393 "se alevantara fogo no dito mosteiro [de Ancede] e que ardera o Dormitorio e todas as outras casas d'arredor delle, e peça do refeitório, e do cabidos (sic), e da crasta". Ao que parece, tal catástrofe apenas atingiu a zona conventual, nada se fazendo sentir na igreja monástica (ADP – *Inventário do fundo do convento de Ancede*. Tombo 1178-1748, livro 1 do n.º 3400, fl. 41 - transcrição e cotas de arquivo fornecidas por Carla Stockler, do Museu Municipal de Baião, a quem agradecemos).

referidas fontes documentais só se tornará completa quando se realizarem sondagens arqueológicas (principalmente) no interior da Igreja e quando se proceder a um levantamento gráfico rigoroso do atual edifício, quer ao nível planimétrico, quer analisando rigorosamente cada um dos seus alçados, ensaiando aquilo a que se tem vindo a designar de arqueologia da arquitetura, salvaguardada a devida análise crítica.

Uma sentença de 1696 impôs aos dominicanos que construísem “huma Igreja nova por estarem damnificadas as duas que havia ambas do Convento nas quais havia so hum Sacrario comum para os Relligiozos e freguezes e com efeito fabricarão huma fermoza Igreja de tres naves e tres cappellas”¹³. Somos ainda informados que a fábrica da nova igreja foi acabada no ano de 1689 e “na festa do Natal benzida e dedicada com a solemnidade conveniente”.

A Igreja de três naves é a que atualmente encontramos em Ancede. Caracteristicamente maneirista, contida e chã, no exterior vemos os elementos ornamentais, de matiz clacissizante, centrados em torno do portal lateral da Igreja que se abre ao adro. No interior, as finas pilastras que sustentam os arcos torais apresentam apenas uma imposta, lisa, de corte classicizante. De facto, a rosácea românica contrasta com este cenário algo despojado do ponto de vista arquitetónico. No entanto, este despojamento foi compensado pela grande dimensão da Igreja que, apesar das três naves, não deixa de ostentar um comprimento excessivo, quase desproporcionado.

A fonte documental acima citada fala-nos de um pormenor muito significativo quando alude à existência de duas igrejas, uma monástica destinada aos cónegos, outra paroquial cultuada pelos fregueses. E estas duas igrejas seriam, pois, a determinada altura, substituídas pela atual, de três naves e extremamente longa.

109



Fachada sul.

¹³ ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. Livro n.º 3432, fls. 375-421.

Como vimos, é Carvalho da Costa o autor que nos fornece a pista principal. Explica-nos ele que as duas igrejas estavam “divididas com uma costa” (Costa, 1706-1712: 406). Ou seja, a cabeceira de uma das igrejas, com certeza a dos fregueses, tocava na estrutura da outra. Podemos excluir, portanto, a hipótese de edificação paralela.

Aliás, a implantação da atual Igreja e a sua articulação com o espaço monástico (bastante posterior), como se pode ver em fotografias aéreas, fazem-nos refutar esta hipótese a não ser que as dimensões de ambas fossem bastante contidas, sendo que as duas igrejas juntas não ultrapassariam a largura das atuais três naves. Delas pouco mais sabemos, mas cremos que a rosácea que prevalece na parede fundeira da abside pertenceria seguramente à cabeceira da igreja monástica. A sua escala e qualidade plástica falam-nos de um edifício medieval já com alguma monumentalidade.

Continuemos a debater as hipóteses, olhando agora para o edifício em si e para o que ele nos tem para contar, claro está, sem recorreremos aos dados inexistentes que deviam provir de rigorosos levantamentos planimétricos e estratigráficos dos paramentos, assim como de elementos fornecidos por escavações arqueológicas no interior do edifício.

Aludimos já ao grande comprimento das naves. Uma análise mais atenta do alçado norte, voltado ao adro, mostra-nos diversas cicatrizes ao nível do paramento, acentuadas pela utilização de silhares de diferentes matizes, particularmente centradas em torno do portal que nele se rasga. Além disso, as janelas que se veem de um e do outro lado deste vão de acesso ao interior são bastante diferentes. Ou tal facto se deve a duas campanhas distintas ou então poderá decorrer, por exemplo, da existência de dois edifícios que se uniram num determinado ponto? Simultaneamente, uma análise do alçado sul permite-nos identificar a persistência de trechos de paramento de origem medieval e que em parte foram aproveitados. As incongruências construtivas são muitas nesta área do atual edifício.

Circulando ainda pelo exterior, centremo-nos sobre a fachada principal da Igreja. Foi esta fachada em parte ocultada quando lhe adossaram a torre sineira, que pelo menos em 1745 ainda não apresentava a configuração atual¹⁴. Se a fachada da igreja de três naves sagrada em 1689 fosse muito monumental, não lhe teriam certamente encostado uma torre sineira tão volumosa. Poderá tal contenção ser explicada associando-a àquilo que foi a igreja dos fregueses? Atente-se ao aspeto minimalista do portal que nela se rasga.

Analisemos agora os dados do interior da Igreja, apesar de muito limitados tendo em conta o revestimento a estuque dos paramentos, o que não nos permite ajuizar do reaproveitamento de estruturas pétreas anteriores. Apenas algumas incongruências poderão dar-nos algumas pistas, ou melhor, levantar ainda mais questões. Na parede da fachada ocidental, sobre o coro, rasgam-se duas janelas retangulares, sendo que a do lado sul da Igreja está entaipada pelo corpo da torre. Ora, podemos desde já concluir que esta fachada principal foi concebida como um todo que a edificação da torre depois de 1745 veio desvirtuar. Atente-se agora ao posicionamento do portal. Cremos que este não se encontra rasgado no seu lugar primitivo, tendo sido deslocado aquando da edificação da torre. Embora os revestimentos desta parede não nos permitam iden-

14 É então descrita como “obra antiqüissima Se acha amaior parte della demulida por amearar reuina, hé telhada de telha vam com seu sobrado, tem douz sinos hum maior, outro menor no meio da Torre sobre travez por se acharem os seus campanarios demulidos” (ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Auto de medição da igreja e convento e cerqua*, [1745], fls. 33 v.º. Transcrição de Carla Stockler, do Museu Municipal de Baião).

tificar qualquer cicatriz, custa-nos a crer que se tivesse programado a abertura de dois portais neste local. Nesta zona da Igreja há ainda que atentar ao vão entaipado, confrontante com a janela acima referida e que se diferencia das restantes do mesmo alçado.

Como se pode perceber, há um claro desfasamento dos elementos arquitetónicos desta Igreja ao nível do tramo onde se instala o coro alto, aspeto coincidente com aquilo que tínhamos visto para o exterior da Igreja. É, pois, por esta razão que cremos que esta área da Igreja monástica foi ligada ao restante corpo. Tendo em conta a homogeneidade estrutural dos restantes tramos, particularmente no que toca à tipologia e organização dos vãos, não podemos atribuir este primeiro tramo à mesma campanha. Além do mais, a implantação do coro alto, de grandes dimensões, ajudou seguramente a mascarar as incongruências arquitetónicas acima referidas, tanto mais que no interior de um edifício desta natureza o olhar do fiel dirige-se obrigatoriamente para a capela-mor. Coloca-se pois a questão fulcral: corresponderia esta parte do atual edifício àquela que foi em tempos a igreja dos fregueses? Nenhuma das referências documentais alude a demolição. A expressão “reduzindoas a melhor forma das ditas duas igrejas e devizas formou hua so igreja de 3 naves” torna por demais evidente o aproveitamento de uma estrutura preexistente, prática aliás bastante comum ao longo da história da arquitetura. Será que nesta obra de “redução” não se terá aproveitado parte das paredes de um edifício anterior (conforme indiciam os trechos de paramento medieval no exterior do alçado sul), apenas adaptando o seu espaço interno (leia-se arcos torais e teto de caixotões) à unidade que as pretendidas “formuzura e grandeza” obrigavam? Será que é aqui que podemos encontrar a justificação para o excessivo comprimento do corpo da atual Igreja?

Embora, como veremos, ao longo do século XVIII as modificações, quer no espaço eclesial, com a construção da torre, quer no monástico, com o levantamento de novos dormitórios, tenham contribuído para mascarar a organização do espaço pré-1689, podemos concluir com alguma certeza que: a) a igreja medieval dos frades, de que sobra, pelo menos, a cabeceira, corresponderia ao eixo do atual templo; b) em cronologia que desconhecemos foi-lhe acrescentada a igreja dos fregueses encostada à fachada, com porta principal aberta ao adro, como convinha a um templo público; c) da união de ambos os edifícios resultou a construção de um corpo de três naves, com largura sensivelmente correspondente ao comprimento da igreja dos fregueses.

Uma observação atenta do paramento exterior da fachada principal permite identificar perfeitamente duas tipologias de aparelho, sendo que o que se encontra na parte inferior, aproximadamente até à altura de dois terços do portal, se nos afigura ser anterior. Continuamos, no entanto, a afirmar que as questões aqui levantadas não passam de uma hipótese de trabalho, de uma interrogação feita à própria Igreja do Mosteiro de Ancede, que só a realização de um profundo estudo multidisciplinar e concertado poderá esclarecer.

Em 1746 já se indica a nova distribuição jurisdicional no novo espaço eclesial, estruturalmente uno e em termos de jurisdição perfeitamente dividido, utilizando para tal a estruturação em três naves. Estavam, então, as duas igrejas “ambas juntas repartidas e devizas entre si com duas naves e hua pertencente aos conegos para os seus ofícios Divinos sem sacario, e a outra da freguesia para administração dos seus sacramentos”¹⁵.

¹⁵ ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. Livro n.º 3529, fls. 43 v.º.



Igreja. Sacristia.

112

Há mais um aspeto extremamente original nesta Igreja, ou melhor, na sua sacristia e que se prende com o facto de esta nos mostrar enterramentos, conforme denunciavam as tampas do pavimento. Os três nichos da parede oriental sugerem que este espaço teve em tempos outra função que não a atual. Tratar-se-ia de um espaço de grande importância na vida monástica para que aí se desejasse ter sepultura. Seria, seguramente, uma dependência ligada a um claustro anterior ao atual. Talvez a sala do Capítulo?

Ao longo do século XVIII e mesmo nos anos imediatamente anteriores à sua extinção, em 1834, prossegue o investimento, quer no espaço eclesial, quer no contexto espacial da cerca e dormitórios. As obras distinguem-se segundo os interesses temporais ou espirituais dos monges, mas em alguns casos evidenciam a intervenção de fregueses, que patrocinam alguns dos empreendimentos¹⁶.

Em 1717 adossa-se uma sacristia à ermida que serviria como calvário de Ancede, titulada de Nossa Senhora do Pé da Cruz. Estava dentro da “tapada ou serqua de cima” e cabia aos mordomos da confraria do Senhor dos Passos a sua fábrica¹⁷. Entre 1722 e 1727, os monges mandam edificar ou remodelar os celeiros e a adega¹⁸ e, em 1731, levanta-se no adro a Capela do Senhor do Bom Despacho. Quatro anos depois, em 1735, alça-se o portal norte. De 1745 a 1834 são várias as transformações, nomeadamente a construção de um novo dormitório e a edificação da atual torre campanário, inusitadamente adossada à discreta fachada principal da Igreja. Dentre todas as obras referidas destaca-se a exuberante Capela do Senhor do Bom Despacho.



Ermida de Nossa Senhora do Pé da Cruz (Baião).

¹⁶ Aos atos de fé e de piedade pode juntar-se uma forma de firmar a sua posição ante a força dos monges. Sucodem-se, ao longo dos séculos XVII e XVIII, manifestações de conflito e tensão, nomeadamente a que, em 1692, opôs as partes a propósito da posse e uso do monte pelos moradores, junto à cerca que os monges haviam tapado (ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. Livro n.º 3529, fls. 45).

¹⁷ ADP – Notariais, Baião, 1.º ofício, livro 9.

¹⁸ ADP – Notariais, Baião, 1.º ofício, livro 9, fls. 54-54 v.º.

Capela do Senhor do Bom Despacho: um Teatro Sacro



Capela do Senhor do Bom Despacho.

Posicionada sensivelmente no extremo noroeste do vasto adro para o qual se abre hoje a porta lateral da Igreja e para o qual se abriu, até 1689, a porta axial da igreja da freguesia, a capela dedicada ao Senhor do Bom Despacho é um projeto perfeitamente enquadrado no gosto e na espiritualidade barrocas.

De planta octogonal levanta a sua fachada ante o vale duriense. O intento dos seus mentores foi o de implantar o edifício em lugar destacado para tirar partido da orografia, ou seja, do declive da encosta. Este tipo de ermida-santuário, tipologia comum no século XVIII, pretendia assumir-se como destino de romagem, ponto de chegada de um percurso sacrificial que imitava o tópico da penosa ascensão de Cristo ao monte Gólgota.

Devoções marianas e cristológicas, acompanhadas de vocativos relacionados com momentos cruciais da vida humana, como o nascimento, a morte, a viagem ou mesmo os negócios, definiram ao longo da Época Moderna a popularidade de certas ermidas, reabilitadas ou construídas de raiz, cujas invocações substituíram, por vezes, velhos e obscurecidos cultos medievais. Invocações como do Bom Sucesso ou do Bom Despacho, da Boa Morte ou da Boa Sorte, da Boa Passagem, da Fortuna, dos Desamparados ou dos Aflitos, etc., alcançaram fama na hora de apelar para um parto seguro, uma viagem sem sobressaltos ou o êxito nos negócios. A polissemia de certos títulos, como o do Bom Despacho, que podia aludir à boa morte, ou à favorável concretização de uma sentença ou ainda à conclusão de um negócio, estimulava a devoção, excitada por algum milagre ou acontecimento extraordinário.

Desconhecemos, se, no caso de Ancede, deveu-se a voto individual ou coletivo, como no caso dos moradores da freguesia de Recarei, em Paredes, que escolheram como patrona a Senhora do Bom Despacho depois de verem despachado o pedido para a criação da sua freguesia (Reis, 1967: 107). Devemos ressaltar, porém, que no tocante à Capela de Ancede a sua edificação deu-se poucos anos após os excêntricos acontecimentos de 1709, que opuseram o povo a alguns padres do Mosteiro.

O projeto é claramente devido aos monges dominicanos¹⁹. No exterior não é perceptível a forma octogonal da capela, pois foi-lhe adossado um corpo de dois andares (sacristia e deambulatório) que estabelece a ligação entre a capela-mor e o muro, a leste. O templo assim parece irromper da longa parede que divide as diferentes cotas entre as quais assentou a capela-mor da igreja medieval.

Exteriormente despojada de ornamentação, assenta sobre um embasamento constituído por aparelho mal faceado, rematado por uma cornija sobre a qual pousam pequenos pilares monolíticos retangulares muito afastados entre si e que serviriam como balaústres para uma divisória ou balcão com corrimão em metal. Acede-se a este primeiro nível ou registo por uma escadaria de

¹⁹ O auto de medição de 1745, ao descrever o interior da Capela do Senhor do Bom Despacho, refere que tudo fora "feito com esmolla". Seria, contudo, esmola dos fregueses ou com os sobejos das esmolas recolhidas pelos monges de Ancede? (ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Auto de medição da igreja e convento e cerqua*, [1745], fl. 35 v.º).

seis degraus. O corpo da Capela é, como já referimos, austero e chão, sendo cada face da capela rebocada e separada nos ângulos por falsas colunas rematadas por friso, liso, e cornija em que pousam oito pináculos em forma de pirâmide. Em cada face abre-se um vão: dois retangulares sobre as portas laterais, que dão acesso à sacristia, e quatro janelões quadrangulares nas restantes fachadas, exceto na principal, onde foi rasgado um óculo circular envolvido por moldura heptagonal. A porta principal, de corte reto e sem lavores, exhibe apenas no lintel um dístico em latim: HUC CIRCUM INNUMERO GENTI POPULI QUE VOLABUNT ENAUDIAS DOMINE QUANDO ROGATUS ERIS, que pode ser traduzido no seguinte aviso: “Às inúmeras pessoas e povos que passam por aqui atendei-os, Senhor, sempre que a vós recorrerem”²⁰.

O interior é surpreendente, quer pela organização do espaço, quer pela articulação da ornamentação e das figuras em relação ao observador. Imediatamente depois de transpormos a porta principal sentimo-nos parte de um cenário de teatro de animação. Nada foi deixado ao acaso e cada retábulo, fabricado ao modo de um palco, narra um ato nesta história que os olhos tentam abarcar de uma só vez.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Parede norte.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Parede sul.

A leitura deve ser feita no sentido dos ponteiros do relógio. De frente para o retábulo maior, que é a cena final deste teatro sagrado, o fiel devia iniciar o seu percurso visual do seu lado direito, na representação da Anunciação do anjo Gabriel a Maria (Lc 1, 26-38). Na cena, habitualmente apresentada como um silencioso encontro entre Gabriel e a Escolhida, intervém José que, ajoelhado um pouco atrás da sua esposa, aceita e recebe a mensagem do anjo.

Segue-se a Visitação, momento em que Maria, novamente acompanhada por José, encontra a sua parenta Isabel e o esposo Zacarias e ambas se cumprimentam (Lc 1, 39-45).

No retábulo seguinte, a cena da Natividade ou Nascimento de Jesus (Lc 2, 1-7; 15-20). À semelhança dos anteriores, este pequeno cenário, constituído por esculturas de vulto ou relevo, em madeira, utiliza várias técnicas para criar ilusão: um cenário de perspetiva, colocado atrás

²⁰ Uma versão mais livre poderia expressar o seguinte: "Senhor, atendei os rogos [ou preces] de todas as pessoas e povos que circularem por aqui". Agradecemos ao monsenhor Cândido Azevedo, de Sernancelhe, ambas as leituras.



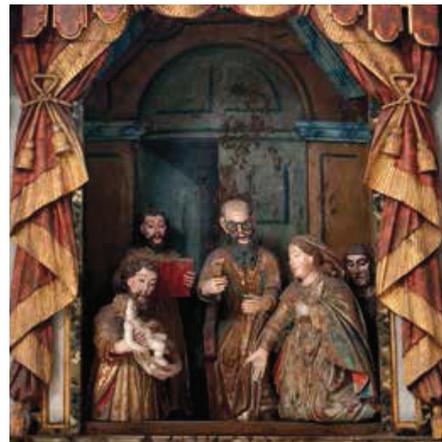
Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Retábulo: Anunciação.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Retábulo: Visitação.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Retábulo: Natividade.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Retábulo: Circuncisão.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave.
Retábulo: Adoração dos Magos.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave.
Retábulo: Apresentação no Templo.

das figuras, reentrâncias laterais para permitir a entrada ou saída de personagens menores ou assistentes e elementos que pendem do teto, imitando figuras celestes, como os anjos envoltos em nuvens que assistem aos primeiros momentos do pequeno Jesus. Este, envolto em tiras de pano, deitado sobre o que aparente ser uma camilha revestida a tecido adamascado, é atentamente observado por Maria e José e, em segundo plano, por três figuras masculinas, os pastores, e uma feminina que transporta uma cesta com víveres. Assistem ainda ao acontecimento os animais que tradicionalmente compõem o presépio tal qual o conhecemos: uma vaca e um burro, deitados imediatamente atrás do Divino Infante.

A Circuncisão de Jesus (Lc 2, 21) apresenta José e Maria ajoelhados. José segura o Menino com as mãos e de certa forma é Maria quem o apresenta ao sacerdote que irá levar a cabo a circuncisão. Este chama a atenção pelo uso de óculos, sendo este certamente um sinal de saber que nos transporta para o próprio mundo monástico onde tais instrumentos seriam amiúde usados. Acompanham a cena duas figuras masculinas, uma que lê e outra que ora, e uma figura feminina que espreita por detrás de Maria.

A Adoração dos Magos (Mt 2, 1-12), assinalada pela estrela que indicava o local do nascimento do Salvador, é composta por Maria que segura o Menino Jesus e o apresenta a uma figura masculina (provavelmente José) e uma feminina, ajoelhada, sob a assistência, em segundo plano, dos três Magos, reconhecidos pelo uso de turbantes e coroa e pelas vestes exóticas, assinalando a sua proveniência oriental ou estrangeira.

Segue-se, finalmente, a Apresentação no Templo (Lc 2, 22-32), cena a que preside, hierático, o velho Simeão que estende os braços para receber de José o Salvador. Acompanham-nos Maria e a profetisa Ana, que discretamente, apoiada numa bengala, observa a ação atrás de José.

Feito este percurso circular, a visão do observador prende-se novamente no retábulo da capela maior a que se acede subindo um degrau. A composição deste espaço é mais complexa do que o da nave. É natural que no seguimento da visita e veneração dedicada a cada um dos quadros sobre a história do nascimento e infância de Jesus seguisse uma deambulação pelo corredor atrás do retábulo maior. Neste itinerário o devoto seria confrontado com pequenos painéis em argila policromada narrando o percurso sacrificial de Cristo até ao Gólgota. Estes quadros desapareceram, corrompidos pela humidade e pelas más condições de conservação, tendo restado apenas o último, representando o Calvário. Terminado o circuito que, juntamente com o percurso na nave, teria a forma do número “8”, o fiel colocar-se-ia ante o retábulo observando a profusão de figurinhas e cenas narradas ao modo dos cenários da nave.

Retábulo encastrado, linear, composto por três registos horizontais. No primeiro, ao nível do solo, equivalente ao frontal, três caixas: duas menores dos lados e uma maior ao centro. Esta disposição repete-se no segundo registo. As cenas devem ser *lidas* da caixa do lado direito do segundo registo, correspondente ao nível da banquetta, onde se reproduz a Oração e Agonia no Horto (Mt 26, 36-46; Mc 14, 32-42; Lc 22, 39-46; Jo 18, 1), seguindo-se no registo térreo, na caixa do lado direito, a Prisão de Jesus (Mt 26, 50-56; Jo 18, 10-11; Mc 14, 46-52; Lc 22, 49-53), depois na caixa correspondente um nível acima, o Senhor Atado à coluna, primeira das humilhações e suplícios infligidos ao Salvador. Na caixa do nível inferior, do lado direito do observador, o *Ecce Homo*, designação atribuída a partir de João, capítulo 19, versículos 4





Capela do Senhor do Bom Despacho. Nave. Teto.

a 7. Neste ponto, a narrativa prossegue na caixa maior, central, da banquetta, com o percurso para o Calvário, mimetizado no momento em que Verónica assiste ao sofrimento de Cristo, limpando-lhe a face suja e ensanguentada. E, finalmente, na caixa inferior, central, do primeiro registo, uma interessante composição escultórica em argila da deposição e lamentação sobre o Corpo de Cristo (Jo 19, 38-42). Esta representação assume uma dupla importância: do ponto de vista plástico, trata-se de uma excelente obra de oficina ou artífice barrista com exemplar domínio sobre o tratamento anatómico, tendo em conta a dimensão da peça e, claro, das figuras nela representadas. Por outro lado, dada a disposição das personagens (oito) que assistem à cena e se posicionam ante o cadáver de Cristo como os apóstolos durante a Última Ceia, permite-nos uma leitura polissémica do momento em que o Corpo é, ao mesmo tempo, mesa e alimento sacrificial, em volta do qual e no qual comungam os seus seguidores.

No terceiro registo, Cristo expira na cruz assistido por dois anjos e nas paredes laterais da capela-mor, ao nível do terceiro registo, dois painéis completam a narrativa: do lado esquerdo, a Ressurreição (Mt 27, 62-66; Mc 16, 1-8) e, no oposto, a Ascensão ao Céu (Mc 16, 14-20; Lc 24, 50-53; Mt 1, 1-11). Sobre o primeiro, um escudo com a inscrição *PETIT ET ACCIPIETIS* (Pedi e recebereis); sobre o segundo, cartela idêntica com a frase *QUAERITE ET INVENIETIS* (Procurai e encontrareis).

A sobrepujar toda esta composição, a Assunção da Virgem amparada por anjos é elevada aos céus para ser coroada pelo Filho, por Deus Pai e pelo Espírito Santo. Assim se encerram os Mistérios Dolorosos e Gloriosos da Vida de Cristo.



Capela do Senhor do Bom Despacho. Capela-mor. Teto.

De salientar, atrás do crucifixo patronal (o Senhor do Bom Despacho a quem, afinal, se dedica este templo), uma pintura que mostra a *Virgem e São Domingos de Gusmão*, cada um a entregar rosários às almas sofredoras penitentes do purgatório. Entre ambos, e dividindo a composição, a Cruz, de onde irradiam raios de luz.

O teto da capela-mor, trabalho de artesoadado, mostra painéis com as *arma christi*, os objetos utilizados para o suplício e martírio de Cristo, envoltos em cartelas de formas concheadas e ornamentação vegetalista.

Na nave, o teto apresenta caixotões maiores dispostos segundo as faces do octógono, onde se exibem alguns símbolos marianos e cristológicos: elementos naturais, como a palmeira ou o cipreste que apelam à morte e à vitória sobre ela; a lua e o sol, associados à morte e nascimento de Cristo e ao Antigo e Novo Testamento ou o emblema heráldico da ordem dos Pregadores, entre outros.

O chão da nave, lajeado, evidencia reaproveitamentos de sepulturas, talvez provenientes das obras de ampliação da nova igreja, surgida da fusão dos templos existentes, um monástico e outro dos fregueses.

Como vimos, é frequente a associação ao número “8”, não apenas na forma octogonal da planta, mas no próprio percurso deambulatório e na disposição dos elementos e programas relativos aos Mistérios Dolorosos e Gloriosos de Cristo no retábulo maior. O “8” é o número ligado à Ressurreição, pois foi ao oitavo dia depois da entrada em Jerusalém que Cristo ressuscitou. O desenho octangular é, também, muito próximo da ideia do círculo e, portanto, da imagem da perfeição associada ao divino. Devemos recordar que, não muito longe da Capela do Senhor do Bom Despacho, os pregadores haviam edificado também uma ermida de planta circular dedicada a São Domingos (Ancede, Baião).



Ermida de São Domingos (Baião).

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

Como atrás referimos, até finais do século XVII a paróquia de Ancede estava sedada numa igreja encostada ao templo monástico. Será um exercício difícil, se não mesmo impossível, reconstituir o espólio disperso por cada um dos edifícios. Se é certo que, quer a imaginária, quer o acervo pictórico remanescente apontem maioritariamente para os séculos XVI e XVII como cronologia de fabricação, a centúria seguinte constituiu um período particularmente marcante na remodelação do património móvel e integrado. Esta remodelação ou, antes, esta reforma expressa novos gostos e sensibilidades espirituais e devocionais, mas sobretudo a execução das diretivas de Trento que se dirigiram incisivamente sobre os instrumentos do catecismo popular: esculturas e pinturas que deveriam ser expurgadas de subversões teológicas ou idiosincrasias da religiosidade local. Talvez por isso tenham resistido tão poucos exemplares do período anterior ao concílio tridentino (1545-1563), destacando-se neste pequeno acervo a cruz processional do século XIV, a Santa Luzia quinhentista e o tríptico de *São Bartolomeu* tradicionalmente associado a Ancede, também dos primeiros anos de 1500.

A cruz processional, em prata cinzelada, relevada e puncionada, encontra-se perfeitamente datada pela inscrição incisa que alude ao seu doador: DOM VASCO MARTIN DE BAIOM PRIOL DANSEDE. A atividade do prior Vasco Martins está documentada em Ancede no ano de 1374, quando a 26 de agosto desse ano, juntamente com o prior castreiro, Afonso Martins, ambos corroboram o arrendamento de umas casas em Gaia destinadas a uso do Mosteiro. As-

120



Igreja. Sacristia. Cruz processional. Vista de frente.



Igreja. Sacristia. Cruz processional. Vista do averso.



Igreja. Sacristia. Peanha. Escultura.
Santa Luzia.

sinando-se “de Baião”, o prior trecentista parece querer ligar-se às velhas linhagens locais, mas sem que o possamos entroncar, quer nos Baiões descendentes de Afonso Hermíges (Sotomayor-Pizarro, 1997), quer nos Baiões do patriciado portuense (Gaio, 1938-1941: §4). O emblema heráldico na base da cruz – duas cabras sobrepostas – assinala essa ligação. De resto, a posição social e linhagística deste Vasco Martins não seria de menor importância, pois já em 1375 assistia ao tio D. Afonso Pires, prior de Santa Cruz de Coimbra, a quem veio a suceder no cargo.

A cruz, que pode ter chegado a Ancede através de Coimbra e, portanto, na esfera da casa-mãe agostinha, constitui uma interessante peça de ourivesaria sacra. De forma latina, enquadra-se na categoria de cruces góticas, denunciada por características comuns a peças semelhantes do mesmo período, como as extremidades em flor-de-lis e a pera, bem conservada e ricamente decorada com motivos fitomórficos, tipologia ornamentativa que se repete ao longo dos braços. No anverso, preserva a figura de Cristo crucificado, de recorte realista, anunciando já o humanismo renascentista que libertou a representação românica, hierática e tensa. A cena da crucificação completa-se com a assistência, nas extremidades laterais do braço da cruz, da Virgem (lado esquerdo) e de João Evangelista (lado direito). No reverso, Cristo ressuscitado preside ao centro de um universo onde os quatro cantos são, ao mesmo tempo, uma referência aos pontos cardeais de onde parte a Esperança e a Salvação nas palavras dos seus arautos: o tetramorfo. Nas extremidades da cruz listam-se os evangelistas na sua iconografia habitual: o leão alado de São Marcos (lado direito), o anjo de São Mateus (esquerdo); a águia de São João (superior) e o touro alado de São Lucas (inferior). Na interseção dos braços da cruz, uma cartela com a figura incisa apresenta o Salvador, sentado em majestade, que enverga uma túnica e exhibe as cinco chagas, assinala o centro desta geografia cristã.

Quase do mesmo período e de proveniências próximas são o tríptico dedicado ao apóstolo Bartolomeu e a escultura de Santa Luzia. Peças importadas, que entraram certamente pela barra do Douro e que documentam a proximidade dos priores de Ancede com as famílias urbanas portuenses e a posição destas no contexto de relações comerciais com o Norte da Europa.

A escultura de Santa Luzia inclui-se no conjunto de peças importadas da região da Flandres, podendo filiar-se numa oficina flamenga²¹. Da mesma região e sensivelmente do mesmo período é o tríptico de *São Bartolomeu*, durante algum tempo associado a Ancede por aqui estar depositado. A circunstância de não se conhecer nesta Igreja qualquer altar ou capela dedicados àquele apóstolo, sugere que a pintura tenha sido encomendada para ermida ou igreja filial deste Mosteiro. Muito próxima, a igreja de Campelo (Baião), cujo patrono é São Bartolomeu parece esclarecer este enigma.

São Bartolomeu de Campelo foi o centro de grandes litígios com os senhores locais. A igreja fora doada, no século XII, por D. Afonso Henriques a um nobre da sua confiança, Egas Ramires. O padroado deve, pois, ter seguido na linha genealógica dos seus descendentes até que, no início do século XV, estes o doaram ao Mosteiro, que logo dispôs dos privilégios naquela igreja, nomeadamente o da apresentação do pároco. Contrariando a posse de Ancede, D. Afonso V dispôs do padroado das igrejas de Gôve (Baião) e de Campelo em favor de Luís Alvares de Sou-

21 Registada no inventário da Diocese do Porto com o n.º P500.0029 (Costa, 2006).

sa, senhor de Baião. Estalou a contenda. Os monges opuseram-se e continuaram a apresentar párocos oponentes aos da apresentação dos senhores de Baião. Em 1497, era Rui Pires, e, em 1522, Gonçalo de Madureira, certamente familiar dos Madureiras que mantinham vínculos de parentesco com alguns dos priores de Ancede ou ligações com enfiteutas do Mosteiro. É, pois, natural que se deva a estes Madureiras, uma das famílias do patriciado urbano do Porto de quinhentos, a encomenda do tríptico para a igreja de Campelo.

Trata-se de uma pintura a óleo sobre madeira de carvalho, sem autoria atribuída, produzida no primeiro quartel do século XVI, de importação, proveniente talvez da região da Flandres.

No reverso dos volantes, a representação da *Anunciação* e, aberto, uma tríade de santos: no primeiro painel, *Santo André* representado com o instrumento do seu martírio (a cruz em aspa), no painel central, *São Bartolomeu* segurando na mão esquerda um livro, na direita uma faca (utilizada no seu escalpelado) e a corrente com que encadeia o demónio (figura grotesca, espécie de ave, que assoma atrás do taumaturgo); e, no terceiro painel, *Santo António* na sua iconografia habitual: com a mão segura uma cruz e com a direita um livro fechado sobre o qual pousa o Menino Jesus (Azevedo, 1996: 95). O taumaturgo lisboeta é, ainda hoje, rememorado no retábulo maior da igreja de Campelo e o facto de Santo André acompanhar a figura patronal de São Bartolomeu recorda, evidentemente, a ligação do Mosteiro à igreja de Campelo – ligação que importava reforçar numa época em que a contenda com os senhores de Baião ainda decorria.



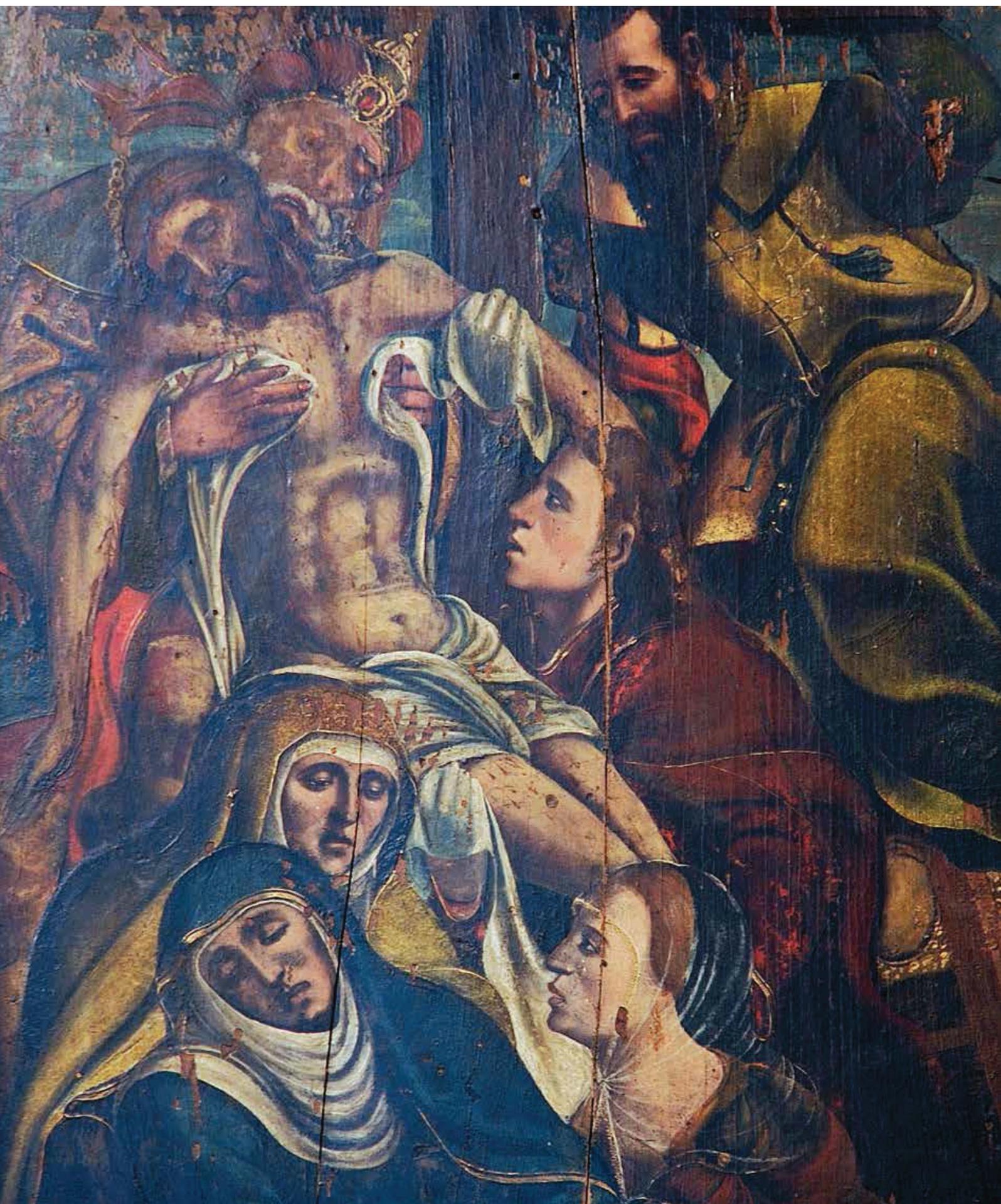
Igreja. Sacristia. Pintura. Tríptico de São Bartolomeu (reverso dos volantes).



Igreja. Sacristia. Pintura. Tríptico de São Bartolomeu.

Do conjunto de peças móveis ainda hoje expostas ao culto cabe destacar o acervo pictórico distribuído pelo corpo da Igreja, cuja cronologia de execução se baliza entre os séculos XVI a XVIII. São pequenas tábuas, emolduradas, representando alguns dos Passos e Paixão de Cristo: a *Flagelação ou humilhação de Cristo*, o *Ecce Homo*; o *Descimento da Cruz* e a *Deposição no tú-*

Igreja. Nave. Parede norte. Pintura. Pormenor do *Descimento da Cruz*.





Igreja. Nave. Parede norte. Pintura. Pormenor do *Ecce Homo*.



Igreja. Nave. Parede norte. Pintura. Pormenor da *Deposição no Túmulo*.

*mulo*²². Trabalho e autor desconhecido, da segunda metade do século XVI, pode tratar-se do reaproveitamento de uma estrutura retabular de uma das igrejas demolidas.

Devemos assinalar ainda a presença de outras duas pinturas a óleo sobre madeira, uma na nave, do lado da epístola, com a representação de *São Tiago Maior* como romeiro, trabalho do século XVI, e outra da *Virgem com o Menino*, exposta na sacristia, obra do século seguinte.

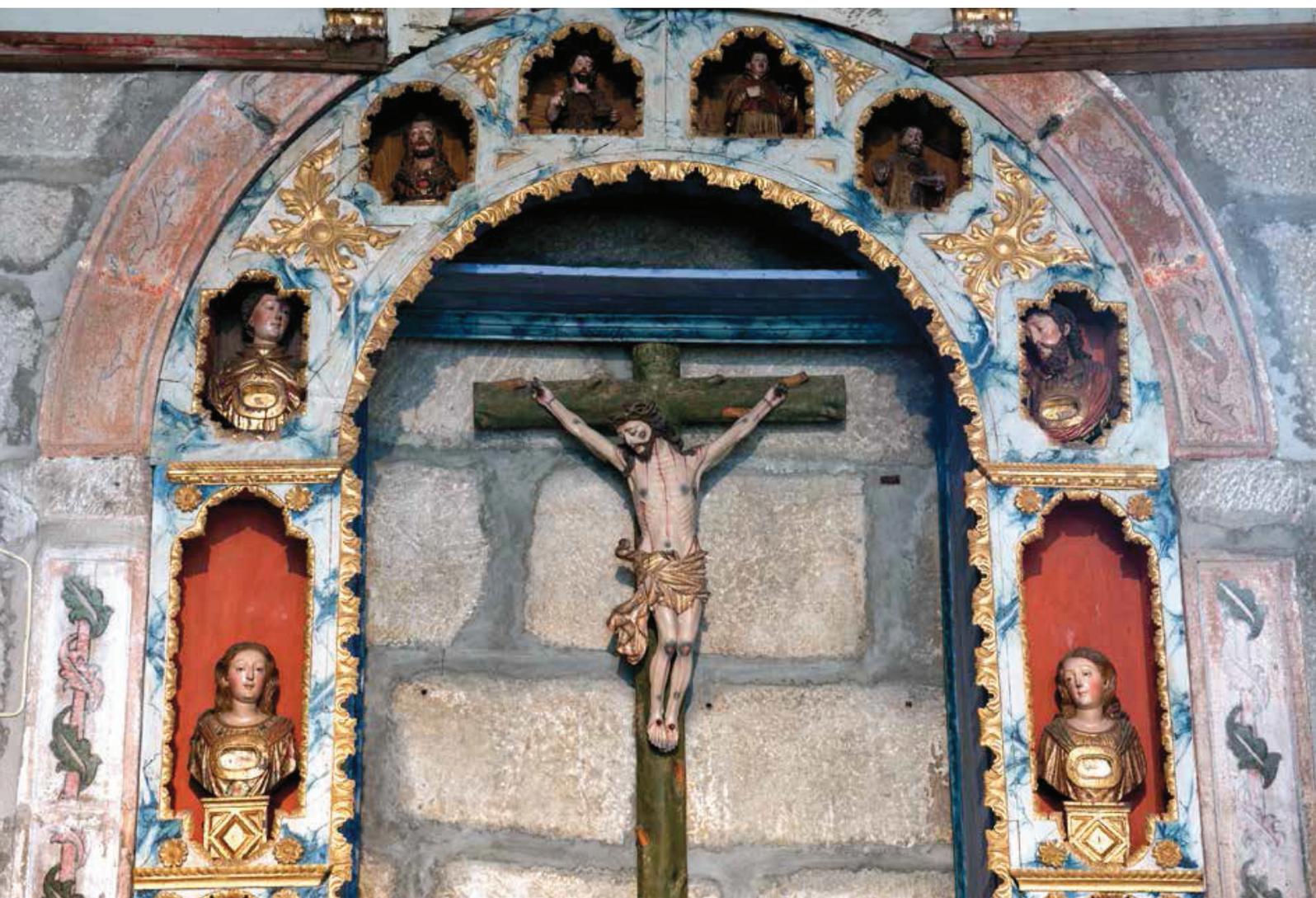
Relativamente ao espólio de imaginária cabe destacar as esculturas de vulto, dispersas pelos retábulos maior e colaterais e por algumas mísulas da nave, nomeadamente a imagem do patrono, Santo André, de São Domingos de Gusmão (retábulo maior), da Virgem do Rosário (nave) e das Santas Mães (nave), todas de matriz barroca, a maioria referida no inventário de 1722, juntamente com as de Santa Luzia, São Sebastião, São João Baptista (executadas em 1738) e São Gonçalo (mandada fazer em 1716).

A nova Igreja, edificada como referimos no final do século XVII, é ampla, mas sóbria na decoração. Ao longo das três naves, divididas por esguias colunas, não encontramos retábulos, nem nos arcos colaterais, onde hoje se expõem algumas esculturas assentes em mísulas, apesar das descrições setecentistas que lhe indicam os retábulos maiores, o do Santíssimo Sacramento (evangelho) e o da Virgem do Rosário (epístola)²³. Apenas o arco cruzeiro e a capela maior apresentam ornamentação de talha dourada, que mistura elementos estruturais do barroco nacional com a profunda remodelação que terá sido executada em finais do século XVIII, de sabor neoclássico, de que sobressai o trono eucarístico de seis degraus, cujo topo se conjuga com a abertura do óculo medieval. No teto, trabalho de artesoadado com decoração em relevo de motivos florais pintados e dourados, à semelhança dos elementos retabulares.

22 Registados no inventário da Diocese do Porto com os n.ºs PS00.0069, PS00.0070, PS00.0071 e PS00.0072 (Costa, 2006).

23 Um inventário particularmente minucioso, de meados do século XVIII, faz referência aos três retábulos, aos dois sacrários e às duas confrarias (do Senhor e da Virgem do Rosário) (ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Epítome da Fazenda*, k/17/2/4-37, fls. 34).





Igreja. Sacristia. Retábulo-relicário.

Na sacristia existem outros testemunhos das campanhas setecentistas, nomeadamente o móvel destinado a albergar parte do conjunto de nove bustos-relicários dos mártires e santos Bernardo, Vicência, Paderno, Pio V, João Baptista, Paterno, Valéria, Carlos Borromeu e André²⁴. Mas a relíquia mais preciosa do Mosteiro, que em meados do século XVIII se encontrava exposta no altar colateral da Virgem do Rosário, é a *Cabeça Santa*, hoje recolhida na sacristia. Trata-se de uma “caixa de prata, de forma ovalar, com tampa abobadada, em cujo acume existe um orifício ovalar também, onde assomam as 3 suturas fronto-parietais [...] do crânio subjacente”. Assim a descreveu, em 1944, o médico Armando Leão, que acrescentou algumas notas sobre a veneranda caveira, ou parte dela, porquanto “os ossos [...] estão serrados com serra arguta e bem dirigida, separando a mandíbula inferior ao nível da articulação têmporo-maxilar” (Leão, 1944: 114-115). A razão de tal operação, que o médico chama de “intervenção sacrílega” é desconhecida, mas parece claro que tal relíquia foi amiúde manuseada ao longo da sua história.

A origem, obscura, desta caveira vem narrada no *Agiologio lusitano...*, no primeiro de maio, data em que supostamente se pretendia venerar a figura de um D. Giraldo, cônego regular que vivera no mosteiro de Ermelo, “onde floreceo com religiosas virtudes”. Embora se desconheça



Igreja. Sacristia. Relicário. Cabeça Santa.

²⁴ Registados no inventário da Diocese do Porto com os n.ºs PS00.0036, PS00.0037, PS00.0038, PS00.0039, PS00.0040, PS00.0041, PS00.0042 e PS00.0043 (Costa, 2006).

a biografia deste venerando frei, o autor do *Agiologio...*, contrariando outros hagiógrafos que o denominaram Mamede, indica a localização da sua sepultura na velha igreja de Ermelo,

“embebida na parede da Capella mór pela parte de fóra, levantada da terra mais de palmo, com seu Gothico Epitafio, tam gastado, & confundido da antiguidade, que se não pode ler, mais do que a segunda regra, a qual conservou o Ceo a pezar do tempo, para constar de seu nome” (Cardoso, 1666: 19).

Uma figueira, que brotara do seu túmulo, possuía propriedades milagrosas, servindo como auxílio a partos difíceis. Outrossim, as dores de costas passavam em contacto com a pedra da sepultura, mas era a própria cabeça que, presumivelmente exumada de Ermelo e conduzida a Ancede, providenciava o amparo contra a hidrofobia ou raiva. Corria a lenda que, quer em vida, quer após a morte, Gerardo, Giraldo ou Geraldo ou ainda Mamede “miraculava os hidrófobos, sarando-os” (Leão, 1944: 115). Por esta razão acorriam, no primeiro de maio, à Igreja de Ancede homens e mulheres e, particularmente, pastores e criadores de gado, para entregar nas mãos do obscuro monge a cura do seu corpo e dos seus animais.

Trata-se, como é natural, de um culto local, acalentado e manipulado pelos monges que incorpora tópicos de santos conhecidos. Efetivamente, a confusão com Mamede revela a necessidade de se criar um ponto em comum com um mártir conhecido, particularmente afamado por assegurar leite para as mulheres que não dispunham dele para amamentar os seus filhos (notar a semelhança entre o nome do santo e mama) e ainda por se tratar de um dos principais patronos dos gados, com notáveis santuários em várias regiões da Europa (Réau, 2001: 313). Culto eminentemente terapêutico e pastoril, tinha no primeiro de maio, particularmente sensível no calendário rural, o dia da sua celebração, ainda que fosse devoção marginal e desconhecida dos santorais católicos. Vinham à caveira “muitos povos circumvezinhos com gados e outros animaes mordidos de caes danados com muita fee com a experiencia de todos que a bejão e comem pão bento tocados com esta santa reliquia se não danão”²⁵.

No século XVIII, já designado como Berardo, é dito que a sua cabeça era venerada no altar colateral esquerdo, “metida em hua urna de prata coberta com um veo de tenilha vermelha com franja de retroz e suas cortinas com ramos de ouro e outros animais”²⁶.

Ainda na sacristia, três esculturas barrocas, de proveniência desconhecida, representam Cristo humilhado ou *Ecce Homo*, peças do primeiro quartel do século XVIII, que assinalam a fervorosa devoção cristológica e a importância das procissões e de toda a cenografia a que obrigavam²⁷.

Na categoria da ourivesaria devemos destacar a custódia seiscentista em prata cinzelada, recortada, relevada e lavrada, com tintinábulo²⁸.

25 ADP – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Epitome da Fazenda*, k/17/2/4-37, fls. 35.

26 Idem.

27 Existe um trabalho científico sobre os materiais e técnicas da sua execução (Barata, 2010: 19-26).

28 Registada no inventário da Diocese do Porto com o n.º P500.0057 (Costa, 2006).

Voltando ao corpo da Igreja, no lugar onde outrora devia estar situada a igreja dos fregueses, existe hoje um amplo coro com balaustrada neoclássica e, por debaixo dele, no lado direito de quem entra, o batistério. Daqui é possível uma visão mais abrangente sobre as três naves, dentre as quais, na central, destacamos o púlpito em madeira entalhada e dourada, com dossel do mesmo material sobre o qual pousa uma figura alegórica. As três faces viradas ao auditório são ornamentadas com motivos florais, conchas e religiosos, como o coração alado e flamejante. É obra de finais do século XVII e, de certa forma, simboliza a importância do sermão e da palavra entre os Pregadores.



Igreja. Nave central. Púlpito.



AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

O auto do abandono do Mosteiro, na sequência da extinção das ordens religiosas e da imediata cessação da vida monástica masculina, foi assinado a 19 de abril de 1834. Nesta data encontravam-se em Ancede oito monges.

Foram realizados os inventários sobre as dívidas ativas, os bens móveis e imóveis e rendimentos. Do património construído fica a ideia de um edifício de grandes dimensões, que compreendia: umas “moradas” de casas, dormitórios com sala de visitas, câmara e antecâmara, salão das celas, cartório, varanda, casa de barbas (barbearia), refeitório, cozinha, dispensa e duas adegas. Dentro da cerca havia, ainda, lugar para uma hospedaria com três alcovas e um quarto, cavaliária, casa de palheiro, celeiro, adega e lagares, alambique e uma casa da eira²⁹.

Esta é sensivelmente a área edificada que podemos encontrar ainda hoje. Entre as descrições setecentistas a que aludimos no ponto anterior, profundas alterações foram executadas no espaço monástico. O campanário, que por volta de 1746 ameaçava ruína, foi demolido e um novo construído no seu lugar, espaço exíguo entre a igreja nova e a entrada do Mosteiro novo, cuja fachada ainda persiste.

As dependências monásticas foram adquiridas em hasta pública, em 1835, por José Henriques Soares, negociante liberal do Porto, onde prestou grandes serviços ao partido de D. Pedro (r. 1828-1834), durante o Cerco do Porto³⁰. Em Ancede, de onde tirou o título atribuído por D. Maria II (r. 1826-1853) durante o cabralismo (carta de 12-12-1842), instalou uma escola e prosseguiu na exploração vinícola deixada pelos monges.

No que toca ao Inquérito que na diocese do Porto se fez no ano de 1864 pouco podemos dizer sobre esta Igreja. Sabemos que, tal como a “Capella do Senhor do Bom Despacho, sita no adro da Igreja, estava bem conservada, precisando tão somente de sêr dealbada”³¹. Todavia, o padre José Alves Pinto lamenta o facto de que “por mais que buscasse não pude [ele, o pároco] saber as datas da fundação da Igreja e Capellas”. O século XX é institucionalmente omissivo relativamente a este conjunto monástico (Basto, 2007), classificado como Monumento de Interesse Público, em 2013³². [MLB / NR]

Entre 2001 e 2003 foram realizadas obras, a cargo da Câmara Municipal de Baião, com vista à conservação e restauro do celeiro, adega e lagares e criação de infraestruturas sanitárias. A recuperação do beiral, da eira e da casa dos moços, então denominada casa do caseiro, foi efetuada entre 2004 e 2005. Em 2007 abriu ao público o Centro Interpretativo da Vinha e do Vinho.

Entre 2010 e 2011, a autarquia procedeu à consolidação e manutenção das alas principais do Mosteiro, bem como à conservação e restauro da capela do Senhor do Bom Despacho,

29 ANTT – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. *Convento de Santo André de Ancede*. Cx. 2195, n.º 25.

30 ADP – Fundo do Governo Civil. N.º 126 – *Registo de alvarás de posse conferidos a diversos arrematantes de bens nacionais*, 1836-1844, n.º 72. Na mesma data, José Henriques Soares adquiriu ainda o convento de São Gonçalo, em Amarante.

31 Missiva, 13 de outubro de 1864. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM N.º 3216/2 (Correspondência igrejas do concelho de Baião, 1864 a 1890).

32 PORTARIA n.º 225. D.R. *Série II*. 72 (2013-04-12) 12097.

incluindo parte do seu recheio artístico. Estas intervenções foram precedidas por um estudo de diagnóstico de patologias, realizado, em 2003, pelo Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho, e por um estudo de consolidação e conservação das alas principais do Mosteiro, realizado, em 2008, pelo mesmo Departamento. Todas estas intervenções foram acompanhadas de trabalhos arqueológicos realizados, em 2002 e 2005, em contexto de obra.

Tendo já integrado a Rota do Românico, em 2013, o Mosteiro de Ancede volta a ser alvo de uma nova intervenção arqueológica, desta feita nos antigos edifícios da hospedaria e casa dos moços, fornecendo, assim, novos elementos para o desenvolvimento do projeto de arquitetura, da autoria de Álvaro Siza Vieira, previsto para o espaço monástico remanescente, hoje sob a forma de ruína.

No entanto, está prevista a execução de novos trabalhos arqueológicos, que deverão arrancar em finais de 2014, no interior do espaço religioso, na zona envolvente das principais alas do Mosteiro, bem como na área da quinta. [RR]

CRONOLOGIA

1141: atribuição, por D. Afonso Henriques, da carta de couto à honra de Ancede;

1144: a igreja de Côve (Baião) é anexada ao património do Mosteiro;

1258: era prior do Mosteiro um D. Diogo, que desconhecia a origem do Mosteiro;

1294: a igreja de São Miguel de Oliveira do Douro (Cinfães) foi anexada ao património do Mosteiro;

1320: a igreja de Ancede foi taxada em 550 libras para auxílio das Cruzadas;

1366: ocorreu um incêndio na Igreja de Santo André;

1391: à anterior doação, junta-se o padroado sobre a igreja de São Miguel de Oliveira do Douro;

1559: o Mosteiro de Ancede e todos os seus bens, privilégios e rendimentos são integrados no património do convento de São Domingos de Lisboa;

Séculos XVII-XVIII: grandes investimentos no espaço monástico (cerca e igrejas);

1689: a nova Igreja é benzida e dedicada na festa de natal;

1745: a atual torre sineira ainda não tinha sido edificada;

1864: a Igreja de Ancede encontrava-se em bom estado de conservação, apenas necessitando de pintura;

2001-2003: conservação e restauro do celeiro, adega e lagares e criação de infraestruturas sanitárias;

2002: sondagens arqueológicas no âmbito dos trabalhos de criação de infraestruturas sanitárias;

2004-2005: recuperação do beiral, da eira e da casa dos moços, então denominada casa do caseiro;

2005: sondagens arqueológicas no âmbito do projeto de remodelação e reconstrução da casa do caseiro e do beiral;

2007: abertura do Centro Interpretativo da Vinha e do Vinho;

2010: o Mosteiro de Ancede passa a integrar a Rota do Românico;

2010-2011: consolidação e manutenção das alas principais do Mosteiro e conservação e restauro da capela do Senhor do Bom Despacho, incluindo parte do seu recheio artístico;

2013: sondagens arqueológicas nos antigos edifícios da hospedaria e casa dos moços;

2013: o Mosteiro de Ancede é classificado como Monumento de Interesse Público;

2014-2015: sondagens arqueológicas no interior do espaço religioso, na zona envolvente das principais alas do Mosteiro e na área da quinta.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

A BÍBLIA sagrada. Lisboa: Paulus Editora, 2009. 1880.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Fortunato; PERES, Damião, dir. – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livaria Civilização, 1971.

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (ADP) – Fundo do Governo Civil. N.º 126 – *Registo de alvarás de posse conferidos a diversos arrematantes de bens nacionais, 1836-1844, n.º 72*.

_____ – *Inventário do fundo do convento de Ancede*. Tombo 1178-1748, livro 1 do n.º 3400, fl. 41.

_____ – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Auto de medição da igreja e convento e cerca*, [1745], fls. 33 v.º, 35 v.º.

_____ – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. *Epítome da fazenda*, k/17/2/4-37, fls. 34, 35, 41 v.º.

_____ – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. Livro n.º 3432, fls. 375-421.

_____ – Monásticos. Convento de Santo André de Ancede. Livro n.º 3529, fls. 43 v.º, 45.

_____ – *Notariais. Baião*, 1.º ofício, livro 9, fls. 54-54 v.º, 160-163 v.º.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT) – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. *Convento de Santo André de Ancede*. Cx. 2195, n.º 25.

_____ – *Convento de S. Domingos de Lisboa*. Livro 17.

_____ – *Tribunal do Santo Ofício, Documentação dispersa*. Processo 14769.

AZEVEDO, Carlos Moreira, coord. – *Roteiro do culto antoniano na diocese do Porto*. Porto: Fundação Manuel Leão, 1996.

BARATA, Carolina [et al.] – The materials and techniques of polychrome baroque wooden sculpture: three works from Baião, Portugal. *International Journal of Conservation Science*. Vol. 1, n.º 1 (2010) 19-26.

BARROS, Amândio Morais – Por ser de sua lavra e cutelo: questões entre o Porto e o Mosteiro de Ancede relativas à venda de vinhos na Idade Média. *Douro – Estudos & Documentos*. Vol. 3, n.º 5 (1998) 49-87.

BASTO, Sónia – *Mosteiro de Santo André de Ancede/Igreja paroquial de Ancede/Igreja de Santo André* PT011302010009. [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2007. [Consult. 16 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

BRITO, Pedro – *Patriciado urbano quincentista: as famílias dominantes do Porto: 1500-1580*. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1997.

CARDOSO, Jorge – *Agiologia lusitano*. Lisboa: [na oficina de Craesbeeck], 1666.

CARDOSO, Luiz, padre – *Diccionario geografico...* Lisboa: na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747-1751.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

132 COSTA, José Augusto Coelho Abreu – *Deposição no túmulo* PS00.0072 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *Descimento da cruz* PS00.0071 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *Ecce Homo* PS00.0070 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *Flagelação de Cristo* PS00.0069 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *Ostensório* PS00.0057 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *S. João Baptista* PS00.0039 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *St.ª desconhecida* PS00.0036 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *St.ª desconhecida* PS00.0043 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *St.ª desconhecido* PS00.0037 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – *St.ª desconhecido* PS00.0038 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – St.ª *desconhecido* PS00.0040 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – St.ª *desconhecido* PS00.0041 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – St.ª *desconhecido* PS00.0042 [em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

_____ – St.ª *Luzia* PS00.0029 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2006. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org/default.aspx>>.

COUTINHO, C. da Cunha – Baião: carta de couto do mosteiro de Ansêde, de 1141. *Douro-Litoral*. N.º 7 (1943) 49-52.

CUNHA, Rodrigo da – *Catálogo e história dos bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez, 1623.

GAIO, Felgueiras Manuel José da Costa – *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meilhes/Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.

HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portugalliae monumenta historica: o saeculo octavo post christum usque ad quindecimum: inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1867. Vol. 1, fasc. 8.

LEÃO, Armando – A cabeça santa de Ansede. *Jornal do Médico*. N.º 99 (1944) 114-115.

MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura lusitana: nobiliário de famílias de Portugal*. Porto: Livr. Fernando Machado, 1943-1948.

PORTARIA n.º 225. D.R. *Série II*. 72 (2013-04-12) 12097.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM – *Correspondência igrejas do concelho de Baião, 1864 a 1890*. Missiva, 13 de outubro de 1864. Cx. 3216/2.

RÉAU, Louis – *Iconografía del arte cristiano: iconografía de los santos: G-O*. 2.ª edição. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2001.

REIS, Jacinto dos, padre – *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de aquém e de além-mar e seu padroado*. Lisboa: [edição do autor], 1967.

SANTA MARIA, Nicolau de – *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: na Officina de Ioam da Costa, 1668.

SANTOS, Egídio – *[Casa de Balde: marco de pedra epigrafado]* [Material fotográfico]. Baião: Egídio Santos, [s.d.]. Arquivo Câmara Municipal de Baião.

SILVA, I. F.; ARANHA, P. W. B. – *Diccionario bibliographico portuquez*. Imprensa Nacional, 1862.

SOTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325*. Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de doutoramento em História da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VENTURA, Margarida Garcez – Vinho e o estatuto de vizinhança de alguns abades do bispado do Porto, ou de como do facto económico se passa à história política. In LOUREIRO, Virgílio; MOREIRA, Manuel Belo - *O vinho, a história e a cultura popular: actas de congresso*. Lisboa: ADISA, 2001.